

Direito e Educação Especial: Análise bibliométrica da produção científica de interface

Law and Special Education: A bibliometric analysis of scientific production

Aline Droppé Bravo¹

Universidade Federal de São Carlos, UFSCar, Brasil

Suzelei Faria Bello³

Universidade Federal de São Carlos, UFSCar, Brasil

Maria Cristina Piumbato Innocentini Hayashi²

Universidade Federal de São Carlos, UFSCar, Brasil

Resumo

No contexto de construção e garantia de direitos das pessoas com deficiência, o presente estudo enfoca duas áreas do conhecimento: o Direito e a Educação Especial, utilizando-se recursos metodológicos da análise bibliométrica para a obtenção de indicadores da produção científica dessa interface. A pesquisa teve como objetivo identificar e caracterizar a produção científica de Teses de Doutorado e Dissertações de Mestrado que têm como objeto de estudo o Direito e as pessoas com deficiência. Os procedimentos metodológicos foram executados nas seguintes etapas: revisão de literatura; identificação das teses e dissertações; construção e análise dos indicadores bibliométricos dessa produção científica. Entre os principais resultados, destacam-se: a) no período entre 1991 e 2009, foram produzidos 119 trabalhos, dos quais 111 são Dissertações de Mestrado e apenas oito são Teses de Doutorado; b) o período entre 2003 e 2009 concentra 84,8% do total dos trabalhos; c) 48,7% dos trabalhos foram desenvolvidos em programas de Pós-Graduação ligados à área do Direito; d) poucos trabalhos (24,4% do total) foram financiados por agências de fomento à pesquisa e, entre estas, a Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) foram aquelas que mais concederam recursos; e) apenas uma autora desenvolveu trabalho nos níveis de Mestrado e Doutorado; f) apenas um Orientador orientou quatro trabalhos; g) em relação ao gênero dos autores, a maioria é composta por mulheres, enquanto os orientadores são, em sua maioria, homens. Esses resultados mostram a relevância da produção científica sobre direitos e pessoas com deficiência.

Palavras-chave: Direito, Educação Especial, Análise bibliométrica, Bibliometria.

Abstract

In the context of construction and guarantee of the rights of persons with disabilities, the present study focuses on two areas of knowledge: Law and Special Education, using meth-

1 Doutora em Educação Especial. Desenvolve pesquisas na área de direitos das pessoas com deficiência, educação especial, inclusão e produção científica com enfoque bibliométrico. E-mail: adroppe@gmail.com

2 Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, da Universidade Federal de São Carlos. Mestrado (1986) e doutorado (1995) em Educação pela UFSCar. Atualmente coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade da UFSCar. O foco de suas pesquisas recai sobre a dimensão quantitativa e qualitativa do conhecimento científico, com base nas metodologias das análises bibliométrica e cientométrica. E-mail: dmch@ufscar.br

3 Doutora em Educação Especial. Apoio CNPq. Desenvolve pesquisas na área de fonoaudiologia escolar, educação especial; inclusão; deficiência intelectual; análise de redes de colaboração científica e produção científica com enfoque bibliométrico. E-mail: suzebello@gmail.com

odological resources of bibliometric analysis to obtain indicators of scientific production in this interface. The search aimed to identify and characterize the scientific production of theses and dissertations that present Law and persons with disabilities as objects of study. The methodological procedures were performed in the following steps: literature review, identification of theses and dissertations, and construction and analysis of the bibliometric indicators of this scientific production. The main results obtained are as follows: a) 119 works were produced between 1991 and 2009, of which 111 are dissertations and only eight are theses; b) 84.8% of the works were produced between 2003 and 2009; c) 48.7% of the works were developed in graduate programs related to the area of Law; d) few studies (24.4% of the total) were financed by scientific research funding agencies, and among those, Capes (Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel) and CNPq (National Council for Scientific and Technological Development) were the institutions that granted the largest amounts of resources; e) only one author has developed works both at master's and doctoral levels; f) only one advisor has oriented four works; g) regarding gender, most of the authors are women, while most of the advisors are men. These results show the relevance of scientific production on the rights of persons with disabilities.

Keywords: Law, Special education, Bibliometric analysis, Bibliometrics.

Introdução

As teses e dissertações produzidas nas universidades e institutos de pesquisas constituem uma das modalidades da literatura científica. Durante muito tempo, esse tipo de “literatura cinzenta” teve seu acesso restringido ao âmbito acadêmico, como afirma Campello (2000). Porém, nos últimos anos, o acesso a essa modalidade de literatura tem se intensificado, tendo em vista o surgimento e consolidação de bibliotecas digitais de teses e dissertações, a exemplo do projeto desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia (IBICT) que “visa integrar os sistemas de informação de teses e dissertações existentes nas Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras, bem como estimular o registro e a publicação de teses e dissertações em meio eletrônico” (IBICT, 2009).

A produção científica gerada nas universidades e institutos de pesquisa sofre processos de avaliações tanto por parte dos pesquisadores como por parte dos leitores, com a dupla finalidade de verificar os avanços obtidos e de refletir o *status* de um campo científico e de seus produtores. Como decorrência, fica o pesquisador no compromisso de comunicar os resultados de suas pesquisas, de aumentar as publicações, de interagir com seus pares. Essas avaliações geram diversas estatísticas, dentre as quais, por exemplo, os autores “mais produtivos”, os periódicos mais citados, e outras que vão influenciar significativamente no desenvolvimento da produção do campo científico (JOB, 2006).

A análise da produção científica encontra-se em ritmo crescente, estimulando a pesquisa em várias áreas do conhecimento. Assim, analisar tendências de investigações sobre determinado campo possibilita um balanço do conhecimento científico produzido, bem como aponta novas investigações (BUENO, 2004).

O conhecimento científico, acompanhando o desenvolvimento da sociedade, está em constante evolução (no desenvolvimento de novas teorias, novos conceitos e

novos produtos), com o intuito de sanar as necessidades existentes, influenciando o desenvolvimento econômico, político e cultural da sociedade.

Com base nessas constatações, demonstra-se a importância da avaliação da produção científica; temática que será abordada neste texto por meio do relato de uma pesquisa que teve como objetivo analisar a produção científica discente de interface entre o Direito e a Educação Especial oriunda dos Programas de Pós-Graduação do Brasil.

A escolha das teses e dissertações, como unidades a serem analisadas neste trabalho, deu-se por entender que essa modalidade de literatura é de grande importância para a Educação Especial, tanto pelo fato de produzir conhecimento inovador, como pelo fato de constituir alicerce para outros tipos de publicações, como artigos e livros (WITTER, 1998).

Perspectiva histórica e marcos legais dos direitos das pessoas com deficiência no Brasil

Neste momento, apresenta-se um breve panorama dos direitos das pessoas com deficiência em uma perspectiva histórica e a situação da legislação brasileira com relação a estes aspectos. Na sequência, apenas para exemplificar, serão apresentados alguns trabalhos que envolvem essa temática uma vez que uma análise aprofundada está sendo realizada no decorrer desta pesquisa. A história da educação brasileira nos demonstra que as pessoas com deficiência apenas começaram a receber a devida atenção no momento em que se tornaram importantes para os ideais da classe dominante (JANNUZZI, 2004). A luta pelos direitos das pessoas com deficiência vem ganhando forças na busca de uma sociedade inclusiva, porém estamos longe de conseguir o devido respeito à vida humana, merecido e garantido pela Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) e por vários outros diplomas legais - como a Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994), um dos mais significativos.

Proclamada pela UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization) em 1994, a Declaração de Salamanca traçou propósitos da inclusão educacional enfatizando que as escolas regulares representam o meio mais eficaz para combater as atitudes discriminatórias, criando comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade integradora e conquistando uma educação para todos. Portanto, segundo essa declaração, incluir pessoas com deficiência na escola de ensino regular é respeitar os direitos mais elementares de cidadania, eliminar a discriminação e a indiferença e garantir, para todos, o acesso contínuo aos espaços comuns da vida em sociedade, a qual deve estar orientada por relações de acolhimento e atenção à diversidade humana (BRASIL, 1994).

No Brasil, foi a partir da década de 1980 que o caráter basicamente assistencialista e paternalista direcionado às pessoas com deficiência começou a ser modificado, substituído por uma nova visão sustentada nos direitos humanos, procurando reconhecer a pessoa com deficiência como cidadão de pleno direito (ARAÚJO, 2006).

Foi a partir da década de 1990 que a legislação brasileira sobre acessibilidade de pessoas com deficiência com vistas à inclusão foi formulada, sendo que na atualidade o Brasil é considerado um dos países mais avançados do mundo, conforme salientam Maior, Costa e Lima (2006) ao se referirem à legislação sobre a acessibilidade de

pessoas com deficiência como uma legislação abrangente e moderna, conseguida com muito trabalho e estudo.

Apesar da constatação de tantos avanços na Política Nacional de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (BRASIL, 1993), determinada na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) e em outras leis que regulamentam a matéria, nem sempre a lei é cumprida, seja pela falta de conhecimento ou por simples descaso.

Brumer, Pavei e Mocelin (2004), em estudo sobre as perspectivas de inclusão social, econômica, cultural e política das pessoas com deficiência visual em Porto Alegre, destacam que no Brasil vêm sendo implementados diversos dispositivos legais com vistas à inclusão das pessoas com deficiência, entre os quais podem ser citados: a) criação, em 1989, da CORDE – Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, um órgão vinculado à Secretaria de Estado de Direitos Humanos do Ministério da Justiça; b) desde 1998, a obrigatoriedade das empresas com cem ou mais empregados de preencher de dois a cinco por cento dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência, desde que habilitadas; c) a legislação sobre o voto do eleitor deficiente visual analfabeto; d) em 1999, a instituição da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, que propõe o desenvolvimento de uma ação conjunta entre o Estado e a sociedade civil visando assegurar a “plena integração” da pessoa com deficiência no contexto socioeconômico e cultural e o respeito e reconhecimento de seus direitos; e) desde 1999, a obrigatoriedade dos estabelecimentos de ensino público e particular a ofertar matrícula em cursos regulares, oferecer educação especial realizada por uma equipe multiprofissional e possibilitar benefícios iguais aos conferidos aos demais educandos; f) desde 1999, a obrigatoriedade das instituições de ensino superior em oferecer às pessoas com deficiência solicitantes a adaptação das provas seletivas de ingresso e das avaliações das disciplinas, o fornecimento dos apoios necessários e de, no mínimo, uma sala de apoio às pessoas com deficiência visual, a ser utilizada durante todo o curso; g) em 1999, a fixação de critérios especiais para concursos públicos, com a reserva de um percentual mínimo de cinco por cento das vagas disponíveis às pessoas com deficiência; h) em 2000, a instituição, no âmbito das Delegacias Regionais do Trabalho, de Núcleos de Promoção da Igualdade de Oportunidades e de Combate à Discriminação, encarregados de coordenar ações de combate à discriminação em matéria de emprego e profissão, entre outros (BRAVO, 2009).

A relação entre o Direito e a Educação Especial sempre esteve presente em nossa sociedade, pois foi através dos movimentos sociais pelos direitos das pessoas com deficiência que este grupo social começou a ganhar maior respeito e dignidade em nossa sociedade.

Vários trabalhos acadêmicos foram desenvolvidos com esta temática, demonstrando a importância de estudos que envolvam os direitos das pessoas com deficiência, entre os quais podem ser citados:

Araújo (2001) desenvolveu uma pesquisa com o objetivo de analisar a proteção constitucional das pessoas com deficiência, demonstrando a necessidade de um desenvolvimento na efetivação desses direitos. Para tanto, o autor realiza uma investigação da evolução constitucional brasileira no campo da proteção das pessoas com deficiência e destaca a necessidade de multiplicidade de enfoques em estudos sobre o tema.

Já a pesquisa de Glat, Magalhães e Carneiro (1998) destaca que a noção de Educação e Sociedade Inclusiva está ancorada nas lutas da sociedade civil pelos direitos sociais básicos e nos progressos científicos e tecnológicos.

Vários materiais informativos também foram publicados envolvendo a temática como, por exemplo, a *Cartilha da Inclusão dos Direitos das Pessoas com Deficiência*, elaborada pela PUC-MG (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais), que destaca a importância dos direitos que devem pertencer a todos: educação, saúde, trabalho, locomoção, transporte, esporte, cultura e lazer. Nesse aspecto, assinala que

(...) se quisermos que nossa sociedade seja acessível, que dela todas as pessoas com deficiência possam participar em igualdade de oportunidades, é preciso fazer desse ideal uma realidade a cada dia. A ação de cada um de nós, das instituições e dos órgãos, deve ser pensada e executada no sentido de divulgar os direitos, a legislação, e implementar ações que garantam o acesso de todos (CORRÊA, 2005, p.3).

Caminho metodológico

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa realizada adota a abordagem bibliométrica, que consiste em analisar, do ponto de vista quantitativo, a produção científica de determinada área de conhecimento com vistas à obtenção de indicadores bibliométricos que permitam identificar e caracterizar áreas e campos de conhecimento específicos e de interface, tal como argumentado por Silva, Hayashi e Hayashi (2011).

Como afirmam Hayashi et al. (2005) e Hayashi, Hayashi e Martinez (2008), para a utilização das metodologias bibliométricas são necessárias habilidades e competências que podem ser traduzidas nas seguintes etapas: recorrer ao referencial teórico para elaborar categorias de análise; estabelecer relacionamentos entre os dados obtidos; construir indicadores dos resultados obtidos; elaborar trabalhos científicos (artigos, livros, comunicações, etc.) para divulgação e disseminação dos resultados; submeter os resultados à crítica externa.

A partir dessa visão, a pesquisa realizada pautou-se nas seguintes diretrizes:

1. Conhecimento do contexto de produção da informação:

Baseado no levantamento bibliográfico e revisão de literatura sobre o tema “direitos das pessoas com deficiência”;

2. Operações de acesso, busca, avaliação e seleção:

Para a recuperação das informações relevantes no Banco de Teses da Capes foi necessário o manuseio da “linguagem documentária” para estabelecer estratégias de busca de informações; refinar os dados obtidos para avaliação das informações; estabelecer critérios para selecionar e recuperar as informações relevantes em conformidade com o objetivo proposto;

3. Ferramentas automatizadas para reformatação e importação de dados:

Apesar de existir *softwares* específicos para a formatação e tratamento de dados bibliométricos, como é o caso do *Infotrans* e *VantagePoint*, optamos por utilizar

algumas ferramentas do *Microsoft Word* e do *Microsoft Excel* que permitiram elaborar tabelas e gráficos para melhor visualização dos resultados;

4. Busca do referencial teórico-metodológico:

Após obtenção dos resultados, recorreu-se ao referencial teórico para a elaboração de categorias de análise.

De acordo com Minayo (2000), um método torna-se adequado sempre que permitir a construção correta dos dados obtidos e que oferecer elementos teóricos para análise. Assim, o caminho percorrido para recuperação e análise da produção científica percorreu as seguintes etapas:

1) Acesso ao Banco Teses da Capes:

A base de dados da Capes é um modelo para a publicação eletrônica cooperativa disponibilizada por meio de acesso público via internet, no endereço <<http://bancodeteses.capes.gov.br/>>. Esse banco de dados registra os trabalhos desenvolvidos por diversos setores e instituições para obtenção do *corpus* de análise que conta com as teses de doutorado e as dissertações de mestrado produzidas no Brasil a partir de 1987. Esses trabalhos foram defendidos junto a programas de pós-graduação de todo o país, sendo que as informações contidas no banco de teses foram fornecidas diretamente à Capes pelos programas de pós-graduação, os quais se responsabilizam pela veracidade dos dados. A coleta restringiu-se a trabalhos a partir dessa data, sendo o mais antigo referente ao ano de 1991 e os mais atuais referentes ao ano de 2009, data em que os últimos trabalhos estavam disponíveis no Banco de Teses da Capes, no momento desta pesquisa.

2) Identificação das teses e dissertações sobre os direitos das pessoas com deficiência disponíveis no Banco de Teses da Capes por meio da seguinte expressão de busca “direito e pessoas com deficiência”, o que possibilitou o acesso aos resumos de teses e dissertações.

3) Posteriormente, buscou-se o texto completo dos trabalhos por meio de consulta ao Portal Domínio Público e à Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (BDTD/IBICT) sendo que esse último remete ao *site* das bibliotecas digitais das instituições onde os trabalhos foram defendidos. Como resultado dessas consultas obtiveram-se 44 trabalhos com texto completo e de 75 apenas o resumo, os quais constituíram o *corpus* de análise.

4) Após a coleta dos dados foram construídos indicadores bibliométricos, conforme explicitado no Quadro 1 a seguir.

Quadro 1 - Indicadores bibliométricos.

Indicadores bibliométricos	Escopo pretendido
Ano	Delinear um panorama de produções científicas de acordo com a distribuição anual
Instituição de Ensino Superior	Verificar a incidência das instituições de ensino superior produtoras de trabalhos sobre a temática de interface
Programa de Pós-Graduação	Identificar os programas de pós-graduação aos quais as dissertações e teses se vincularam
Áreas de Conhecimento	Identificar as áreas de conhecimento em que os trabalhos foram produzidos
Autores e Orientadores	Verificar o perfil dos orientadores e autores dos trabalhos
Agências de fomento	Identificar o apoio à pesquisa por agências de fomento

Fonte: Elaboração própria.

- 5) Posteriormente à construção dos indicadores bibliométricos, procedeu-se à análise e interpretação dos dados obtidos por meio do diálogo com o referencial teórico que subsidiou a pesquisa.

Vale destacar que este trabalho utiliza apenas dados secundários, sendo que a identificação dos autores é de domínio público. Sendo assim, o anonimato dos sujeitos tratados nas publicações foi preservado. Do mesmo modo, foram resguardadas críticas e falhas éticas que porventura foram observadas nos relatos analisados, tendo em vista estes não serem objeto do presente estudo (MORENO, 2001).

A produção científica de teses e dissertações sobre o tema “Direito e pessoas com deficiência”

De acordo com os dados coletados, constatou-se que entre os anos de 1991 e 2009 existiam no Banco de Teses da Capes 119 trabalhos envolvendo a temática “Direito e pessoas com deficiência”. Dentre eles, 109 são dissertações de mestrado, oito teses de doutorado e duas dissertações de mestrado profissionalizante, conforme apontam os dados da Figura 1.

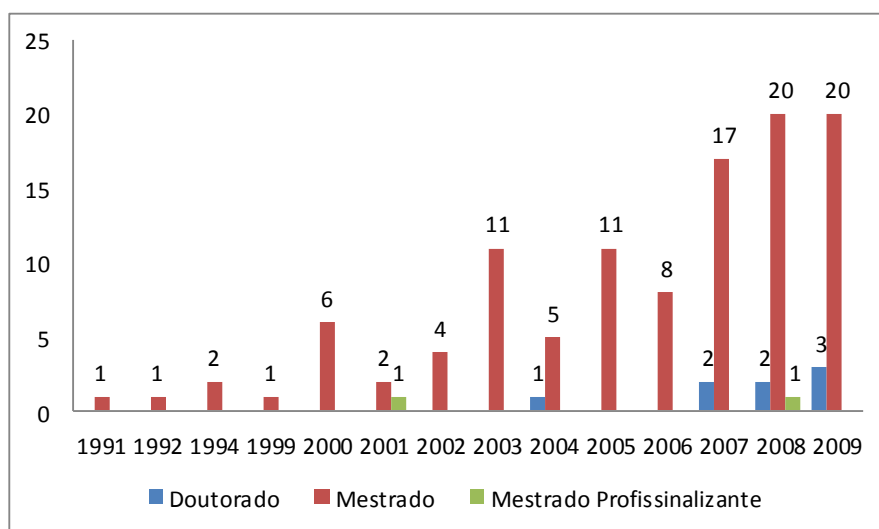


Figura 1 - Distribuição de trabalhos por ano. Fonte: Elaboração própria a partir de informações do Banco de Teses da Capes.

Os indicadores representados na Figura 1 permitem verificar que no período de 1991 a 2002 apenas 18 trabalhos (15,2% do total) foram defendidos, sendo que o período entre 2003 e 2009 concentra o maior número de trabalhos (101), ou seja, 84,8% do total. Há uma queda significativa em 2004 e outra queda discreta em 2006 em relação aos anos anteriores. A partir de 2004 observa-se a defesa de teses, mas sempre em um número muito inferior em relação às dissertações de mestrado.

A síntese das cinco primeiras dissertações defendidas no período compreendido entre 1991 e 1999 mostrou que quatro trabalhos tiveram como tema a inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho e uma tratou da educação e inclusão das crianças com deficiência auditiva.

Uma possível explicação para a incidência dessas temáticas pode ser buscada nos seguintes dispositivos legais nacionais e internacionais, estabelecidos entre 1991 e 1999, a respeito da inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho e do acesso à educação no contexto da educação para todos:

1) a promulgação da nova Constituição do Brasil, em 1988, que foi marcada pelos princípios da igualdade entre todas as pessoas, independentemente de possuir algum tipo de deficiência;

2) a ratificação pelo Brasil, em 1991, da Convenção nº 159 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), que definiu a pessoa com deficiência na perspectiva do trabalho, como aquela cuja possibilidade de conseguir, permanecer e progredir no emprego é substancialmente limitada em decorrência de uma reconhecida desvantagem física ou mental;

3) no Brasil a Lei nº 8.213 de 1991, que estabeleceu o sistema de cotas, segundo o qual a empresa com 100 ou mais empregados tem obrigação de preencher de dois a cinco por cento dos seus cargos com trabalhadores reabilitados ou pessoas com deficiência, habilitadas;

4) a Declaração de Salamanca, proclamada pela Unesco em 1994 e que traçou os princípios da inclusão educacional;

5) no Brasil o Decreto nº 3.298 de 1999, que estabeleceu a Política Nacional para a Integração de Pessoas Portadoras de Deficiência no mercado de trabalho e na sociedade em geral.

Assim, a agenda de pesquisas acadêmicas da pós-graduação brasileira pode ter sido influenciada por esses marcos regulatórios da inclusão, em especial aqueles que focalizam a inclusão das pessoas com deficiência.

O aumento significativo de estudos nos últimos anos vem seguindo o crescente número de dispositivos legais criados com o intuito de acompanhar o desenvolvimento da sociedade, porém de nada adianta possuir uma das legislações mais completas do mundo, como é o caso do Brasil, se na prática ela não é sequer conhecida pela maioria da população.

Também foram identificadas as instituições de ensino onde os trabalhos foram desenvolvidos, sendo que 51 instituições possuem trabalhos envolvendo o Direito e as pessoas com deficiência.

A localização geográfica dessas instituições de ensino também foi alvo da pesquisa e os resultados evidenciaram que a região Sudeste concentrou o maior número (22, ou seja, 43,1%), seguida pela região Sul, com 12 (25,5%) e Nordeste (10, isto é, 17,7%). As regiões Centro-Oeste e Norte compareceram com o menor número de IES, respectivamente quatro (7,8%) e três (5,9%), totalizando juntas 13,7% do total de instituições. Se forem somadas as instituições das regiões Sul e Sudeste, verifica-se que ambas as regiões totalizam 68,62 % das IES. Esses dados refletem a distribuição dos Programas de Pós-Graduação no país, pois de acordo com dados informados pela Capes (2011), as regiões Sul e Sudeste concentram o maior número de programas e cursos de pós-graduação do país.

Na Tabela 1 é possível verificar a distribuição dos trabalhos por instituição podendo-se notar que apenas seis instituições são responsáveis por 55 trabalhos, ou seja 46,2% do total. Os demais 64 trabalhos, representando 53,8% do total, estão distribuídos entre 45 instituições.

Tabela 1 - Distribuição dos trabalhos por instituição

Instituições	Total de Trabalhos
PUC-SP	18
Instituição Toledo de Ensino	17
UnB	6
UFPE	5
UFSCar	5
Fundação de Ensino “Eurípides Soares da Rocha”	4
PUC-MG; USP; UFPA; Universidade Presbiteriana Mackenzie; Universidade Tuiuti do Paraná (cada uma com 3 trabalhos)	15
PUC-RS; UNESP/Marília; Universidade Estadual de Maringá; UFBA; UFPB/João Pessoa; UFU; UFPR; UFRJ; UFF (cada uma com 2 trabalhos)	18
31 Instituições com 1 trabalho cada uma:	31
Centro Universitário Álvares Penteado; Centro Universitário Euro-Americano, Centro Universitário La Salle; Fundação João Pinheiro, FioCruz, Fundação Visconde de Cairú; Universidade da Amazônia, Universidade de Marília; Universidade de Passo Fundo; Universidade de Santa Cruz do Sul; UERJ; Universidade do Extremo Sul Catarinense; Universidade do Vale do Itajaí; Universidade Estadual do Ceará; Universidade do Oeste do Paraná; UFAL; UFG, UFJF; UFMS; UFSC; UFV; UFAM; UFC; UFES; UFMA; UFRG; UFRGS; UFRN; UMESP; Universidade Metropolitana de Santos; Universidade Municipal de São Caetano do Sul.	
TOTAL	119

Fonte: Elaboração própria a partir de informações do Banco de Teses da Capes.

Os indicadores da Tabela 1 mostram que entre essas 51 IES, 21 concentram 89 trabalhos (isto é, 74% do total) sendo que a PUC-SP foi a que apresentou o maior número de trabalhos (18, ou seja, 15,1% do total), seguida pela Instituição Toledo de Ensino, com 17 trabalhos (14,2%). Em seguida, quatro IES compareceram com 20 trabalhos (16,8%), dos quais seis na UnB, cinco na UFPE e cinco na UFSCar e quatro na Fundação de Ensino “Eurípides Soares da Rocha”. As demais 14 IES totalizaram

33 trabalhos (28% do total), dos quais cinco com três trabalhos cada uma e nove com dois trabalhos cada uma. Além disso, 31 IES reuniram 27,7% do total de trabalhos, uma vez que em cada uma só foi defendido um trabalho.

Os 119 trabalhos que abordaram a temática “direito das pessoas com deficiência” foram desenvolvidos em 27 diferentes programas de pós-graduação do país e áreas de conhecimento, conforme apontam os dados da Tabela 2.

Tabela 2 - Distribuição dos trabalhos por PPGs e Área de Conhecimento

Programas de Pós-Graduação (PPGs)	Áreas de Conhecimento	Trabalhos
CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS I (13 PPGs)		
Direito	Direito	37
Sistema Constitucional de Garantia de Direitos	Direito	16
Direito Político e Econômico	Direito	3
Ciências Jurídicas	Direito	2
Serviço Social	Serviço Social	8
Política Social	Serviço Social	6
Arquitetura e Urbanismo	Arquitetura e Urbanismo	3
Economia Doméstica	Serviço Social	1
Administração	Administração	2
Administração Pública	Administração	1
Administração de Empresas	Administração	1
Ciência da Informação	Ciências da Informação	1
Políticas Públicas	Serviço Social	1
CIÊNCIAS HUMANAS (8 PPGs)		
Educação	Educação	19
Educação Especial	Educação	5
Psicologia Experimental: Análise do Comportamento	Psicologia	1
Políticas Públicas e Sociedade	Sociologia	1
História	História	1
Geografia	Geografia	1
Filosofia	Filosofia	1
Direitos Humanos, Cidadania e Violência	Ciência Política	1
MULTIDISCIPLINAR (5 PPGs)		
Avaliação de Políticas Públicas	Interdisciplinar	1
Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Social	Interdisciplinar	1
Integração da América Latina	Interdisciplinar	1
Sociedade e Cultura na Amazônia	Interdisciplinar	1
Sociologia e Direito	Interdisciplinar	1
CIÊNCIAS DA SAÚDE (2 PPGs)		
Saúde da Criança e da Mulher	Saúde Coletiva	1
Saúde Coletiva	Saúde Coletiva	1
Total		119

Fonte: Elaboração própria a partir de informações do Banco de Teses da Capes.

Os indicadores da Tabela 2 apontam que a maioria dos trabalhos foi desenvolvida em programas de pós-graduação da grande área Ciências Sociais Aplicadas I, totalizando 82 teses e dissertações (ou seja, 68,9% do total de trabalhos) defendidas em 13 programas de pós-graduação. Em seguida, comparece a grande área de Ciências Humanas com 30 trabalhos defendidos (25,2%) em oito programas de pós-graduação.

Na sequência, as grandes áreas Multidisciplinar e Ciências da Saúde apresentaram-se respectivamente com cinco (4,2%) e dois (1,7%) trabalhos.

O destaque da Tabela 2 reside na grande área Ciências Sociais Aplicadas I. Entre os 13 programas de pós-graduação dessa grande área, quatro concentraram 58 trabalhos, isto é 48,7%, representados pelas teses e dissertações defendidas nos programas de pós-graduação em Direito (37), Sistema Constitucional de Garantia de Direitos (16), Direito Político e Econômico (3) e Ciências Jurídicas (2).

Outros trabalhos defendidos em programas da grande área Ciências Sociais Aplicadas I também estabelecem interface com o campo da Educação Especial, haja vista a presença de trabalhos defendidos em programas de pós-graduação das seguintes áreas:

a) Serviço Social - Serviço Social (8), Política Social (6) e Economia Doméstica (2); Políticas Públicas (1);

b) Arquitetura e Urbanismo - Arquitetura e Urbanismo (3);

c) Administração - Administração (2); Administração Pública (1) e Administração de Empresas (1);

d) Ciência da Informação - Ciências da Informação (1).

Por sua vez, na grande área de Ciências Humanas (com um total de 8 programas de pós-graduação) o destaque é para a área de Educação, que congrega 19 trabalhos (16% do total) em Educação e cinco trabalhos (4,2% do total) em Educação Especial. Em seguida comparecem as seguintes áreas, cada uma com um trabalho: Psicologia, Sociologia, Ciência Política, Filosofia, História e Geografia, que totalizaram seis trabalhos (5% do total). As duas demais grandes áreas (Multidisciplinar e Ciências da Saúde) concentraram, respectivamente, cinco e dois programas de pós-graduação, totalizando cada um apenas um trabalho defendido.

Esses achados, além de confirmarem a eficiência dos termos de busca utilizados para recuperação dos trabalhos nas bases pesquisadas, mostram que a área do Direito tem relevantes contribuições para o campo da Educação Especial no que se refere aos direitos das pessoas com deficiência, haja vista o total de trabalhos com essa temática.

Observamos que a maioria dos trabalhos foi desenvolvida em Programas de Pós-Graduação relacionados ao Direito, o que revela ser essa área a que tem demonstrado maior interesse em pesquisas sobre os direitos das pessoas com deficiência, sendo que até mesmo o Programa de Pós-Graduação em Educação Especial comparece com apenas cinco trabalhos defendidos até o ano de 2009.

Quanto ao fomento à pesquisa oferecido pelas agências aos pesquisadores, o estudo revelou que entre as 119 teses e dissertações, apenas 29 (24,4%) declararam ter recebido apoio financeiro enquanto 90 (75,6%) não receberam ou não declararam o recebimento de fomento à pesquisa, conforme mostram os dados da Tabela 3.

Tabela 3 - Distribuição do fomento concedido aos trabalhos por agências

Instituições	Total de trabalhos
Capes	15
CNPq	3
FAPEAL - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas	3
ITE – Instituição Toledo de Ensino	2
FAPESP, FUNCAP*, Fundação Carlos Chagas, FAPEMIG**, Instituto Presbiteriano Mackenzie, PUC-SP (1 bolsa cada uma)	6
Total	29

Fonte: Elaboração própria a partir de informações do Banco de Teses da Capes. *Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais.

Os órgãos federais (Capes e CNPq) foram responsáveis pelo fomento de 62,1% (18 trabalhos) do total recebido, seguidos pela FAPEAL, com 10,3% (3 trabalhos). Outros órgãos de fomento ligados a instituições de ensino superior também ofereceram apoio financeiro a 27,5% (8 trabalhos) envolvendo Direito e pessoa com deficiência.

Das 18 bolsas concedidas pelas agências de fomento federais, foram destinadas à área de Educação cinco pela Capes e uma pelo CNPq, enquanto quatro (Capes) foram para a área de Direito; quatro para a área de Serviço Social (duas Capes e duas CNPq); uma para a área de Ciência da Informação (Capes) e três (Capes) para a área de Política Social.

Os resultados também apontam que algumas IES particulares ofereceram fomento à pesquisa com recursos próprios (PUC-SP, Mackenzie, Instituto Toledo de Ensino), bem como agências de fomento estaduais (FAPESP, FAPEAL, FAPEMIG, FUNCAP, Fundação Carlos Chagas) foram responsáveis por bolsas concedidas a programas de pós-graduação de IES públicas federais (UFAL, UFPB/João Pessoa, UFSC, UFPE, UEC) e estaduais (Fundação João Pinheiro, UNESP/Marília). Contudo, em relação ao total de trabalhos (119), 24,3% (29) ainda permanecem como sendo um número baixo de bolsas concedidas para pesquisas sobre o tema “direitos das pessoas com deficiência”.

Em relação ao perfil dos orientadores (100 no total) dos 119 trabalhos, um grupo composto de 88 orientadores comparece com apenas uma orientação cada um enquanto 12 orientaram mais de um trabalho. Assim, 12 orientadores foram responsáveis por 32 trabalhos, ou seja, 26,66 % de todos os trabalhos pesquisados. Os indicadores também revelaram que, entre os orientadores que mais orientaram trabalhos, cinco (41,7%) estão vinculados à Instituição Toledo de Ensino, os quais participaram da orientação de 15 trabalhos (12,6% do total).

Quanto aos autores das 119 dissertações e teses, o estudo revelou que totalizaram 118, isso porque uma autora defendeu dissertação e tese, o que revela sua identificação e permanência no estudo da interface Direito e pessoa com deficiência.

A categoria gênero também foi observada no estudo realizado, considerando autores e orientadores das 119 dissertações e teses pesquisadas, conforme apontam os dados da Tabela 4

Tabela 4 - Distribuição dos orientadores e autores por gênero

Gênero	Orientadores	Autores
Masculino	67	43
Feminino	52	76
Total	119	119

Fonte: Elaboração própria a partir de informações do Banco de Teses da Capes.

A Tabela 4 revela que entre os autores, 43 (36,1%) são homens e 76 (63,9%) são mulheres. Entre os orientadores a distribuição apontou que 67 (56,3%) são homens e 52 (43,3%) são mulheres. Esses resultados confirmam a maioria feminina na autoria dos trabalhos em estudo. No entanto, quando se trata da orientação dos trabalhos há uma inversão, pois a participação dos homens predomina em relação à das mulheres. Possíveis explicações para esses achados que demonstram a maioria masculina entre os orientadores podem ser buscadas nos estudos de Hayashi et al. (2012a, 2012b) e Rigolin et al. (2013). Esses autores e seus colaboradores analisaram a produção científica em diferentes áreas de conhecimento e também verificaram que quando se trata de trabalhos acadêmicos o número de orientadores masculinos é maior no âmbito da orientação. Os argumentos apresentados pelos autores para justificar a discriminação feminina referem-se à segregação territorial (agrupamento de mulheres em disciplinas e áreas específicas do conhecimento), à masculinização de hierarquias acadêmicas (onde os homens ocupam os cargos ou papéis acadêmicos mais elevados) e à segregação institucional, quando se verifica a baixa presença de mulheres em instituições de prestígio.

Comparando esses resultados com aqueles exibidos na Tabela 3, que mostram ser a área de Direito a que concentra o maior número de trabalhos (58, ou seja, 48,7% do total), pode-se supor que a segregação territorial das mulheres se faz presente nesse campo de conhecimento. Esses achados sobre a participação feminina e masculina no campo acadêmico do Direito não estão longe da atuação profissional, pois segundo dados da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) de 2012, no campo profissional as mulheres representam 45,4% dos advogados ativos no país (OAB, 2013).

Também foram investigadas as 81 linhas de pesquisa nas quais os 119 trabalhos se vincularam em seus respectivos programas de pós-graduação. Foi possível observar a preponderância da área do Direito em decorrência do fato de 58 trabalhos terem sido defendidos em programas de pós-graduação nessa área (Tabela 3). Além disso, entre as 17 linhas de pesquisa que mais concentraram trabalho, 14 são da área do Direito, sendo que entre elas:

- a) 10,9 % (13) dos trabalhos foram desenvolvidos em uma única linha de pesquisa, qual seja, Direitos Fundamentais e Inclusão Social. Nessa linha de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Sistema Constitucional de Garantia de Direitos, da Instituição Toledo de Ensino (Bauru-SP) procura-se, na interpretação emancipatória do texto constitucional, a busca de maior efetividade dos direitos anunciados, trazendo conceitos e realidades, muitas vezes de outras ciências, o que colabora com a maior efetivação dos direitos constitucionais;
- b) Em seguida, as linhas de pesquisa (1) Direitos Individuais e Coletivos: a sua Tutela e Efetividade Jurídica, (2) Efetividade dos Direitos de Terceira Dimen-

são e (3) Tutela da Coletividade dos Povos e da Humanidade concentrou cada uma 4,16% (4) do total de trabalhos. A primeira linha de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) objetiva abordar os direitos individuais e coletivos em todos os níveis do direito positivo, isto é, investiga-se a matéria a partir do prisma constitucional até que o nível infra-positivo seja alcançado. A segunda linha de pesquisa também está vinculada ao mesmo Programa de Pós-Graduação da PUC-SP, mas volta-se a investigar questões sobre Efetividade dos Direitos de Terceira Dimensão⁴ e Tutela da Coletividade dos Povos e da Humanidade.

Ainda na área do Direito é válido mencionar dois trabalhos desenvolvidos na linha de pesquisa Direitos Humanos e Inclusão Social, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPA. Essa linha objetiva o estudo das diversas formas de exclusão social sob a perspectiva dos Direitos Humanos e parte do pressuposto de que, tendo em vista as desigualdades existentes na sociedade, a única forma de conceder igualdade a quem é diferente é justamente distinguindo-o, regulando a vida em sociedade de tal forma que se possa permitir que todos tenham as mesmas oportunidades e os mesmos direitos. Assim, os projetos votam-se tanto para o estudo das condições de vida dos grupos vulneráveis quanto para os estudos das ações afirmativas necessárias para reverter essa situação.

As demais três linhas de pesquisa que mais concentraram trabalhos (11) pertencem à área de Educação, a saber:

- a) Produção Científica e Formação de Recursos Humanos em Educação Especial (4 trabalhos) – linha de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da UFSCar (São Carlos – SP) que tem como objetivo formar profissionais habilitados a avaliar, implantar, administrar e/ou orientar programas e serviços na área de Educação Especial, além de produzir estudos que gerem um conhecimento diferenciado da própria área para fundamentar pesquisas de metanálise do conhecimento mediante a utilização de diferentes abordagens metodológicas.
- b) Políticas Públicas e Gestão de Educação (4 trabalhos) – essa linha de pesquisa está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná (Curitiba - PR) e investiga a relação Estado, políticas públicas, gestão da educação e os processos pedagógicos que ocorrem na escola; políticas de formação de profissionais da educação; autonomia da escola, democratização e qualidade da educação; ética e justiça.

4 Por “Direitos de Terceira Dimensão” ou “novos direitos” compreendem-se aquelas novas formas de direito que surgem no contexto dos novos problemas colocados pela sociedade e oriundos das novas necessidades que desafiam o fundamentalismo jurídico tradicional, seus institutos formais e materiais e suas modalidades individualistas de tutela. Esses novos direitos também costumam ser identificados com os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade consagrados na Revolução Francesa. Ou seja, as gerações ou mesmo dimensões do Direito interpretadas como de primeira geração são aquelas correspondentes aos direitos individuais de liberdade; as de segunda geração são relativas aos direitos sociais; as de terceira geração são equivalentes aos direitos difusos e coletivos, seguindo-se as de quarta geração. (WOLKMER; LEITE, 2003).

- c) Educação Especial no Brasil (2 trabalhos) – linha de pesquisa vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UNESP (Marília - SP) e tem como objetivo o estudo das condições biomédicas, psicológicas e sociais de pessoas especiais que frequentam escolas no Brasil. Também abordam os recursos utilizados em seu ensino, em sua reabilitação e em sua integração.

Por fim, ainda no contexto das linhas de pesquisa, é válido ressaltar três linhas de pesquisa em Programas de Pós-Graduação que tratam dos direitos das pessoas com deficiência na perspectiva dos movimentos sociais, cada uma com um trabalho apenas:

- a) Cultura e Movimentos Sociais – desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ (Rio de Janeiro – RJ) tem como objetivo a análise da dimensão cultural dos fluxos globais, dos processos de subjetivação e de construção de identidades coletivas.
- b) Movimentos Sociais e Cidadania – desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Política Social da UnB (Brasília – DF) estabelece articulação entre movimentos sociais e cidadania, colocando em pauta a constituição dos sujeitos coletivos. Analisa questões analíticas relativas à política e à cultura a partir do eixo local/global, das trajetórias dos movimentos sociais.
- c) Trabalho e Movimento Sociais – desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História da UFU (Uberlândia – MG) propõe-se a discutir e fomentar a produção historiográfica abordando o papel das políticas governamentais nas transformações sociais e as mudanças nas relações de trabalho, cotidiano das empresas e dos trabalhadores, destacando delas os movimentos sociais.

Considerações finais

Tendo como objetivo principal identificar entre as teses de doutorado e dissertações de mestrado defendidas em todo o Brasil, no período de 1991 a 2009, as que têm como objeto de estudo as pessoas com deficiência e o Direito, compreendendo como esta interface foi tomada como objeto de pesquisa, buscou-se por meio dos indicadores bibliométricos a operacionalização dos resultados obtidos analisando as teses e dissertações que envolveram a temática Direito e pessoa com deficiência.

Além disso, a pesquisa realizada permitiu visualizar a importância de incentivar pesquisas documentais de análise da produção científica com ênfase na abordagem bibliométrica, as quais permitem analisar o estado da arte de uma ciência, bem como suas correlações. Assim, de acordo com os objetivos iniciais do presente estudo, foram apresentadas as principais características da produção discente referente aos direitos das pessoas com deficiência, desenvolvida por programas de pós-graduação de todo o país.

Uma das limitações do estudo refere-se aos aspectos qualitativos da pesquisa. Embora o conteúdo dos trabalhos tenha sido analisado (apesar da ausência da maior parte do texto completo das teses e dissertações), um aspecto a ser explorado em futuras pesquisas é perscrutar a opinião dos autores dos trabalhos a respeito da produção do conhecimento científico sobre os direitos das pessoas com deficiência.

Além disso, também seria interessante verificar se após a defesa dos trabalhos de mestrado e doutorado esses autores têm dado continuidade aos estudos sobre o tema pesquisado durante a sua formação acadêmica de pós-graduação. Essas são questões importantes a serem investigadas no contexto das tendências da pesquisa sobre direitos das pessoas com deficiência.

Espera-se que os resultados deste estudo aqui relatados contribuam para estimular o desenvolvimento de novas pesquisas que venham a sanar lacunas sempre existentes no âmbito da avaliação da produção científica. Os resultados apresentados também demonstraram que é crescente a preocupação com a garantia dos direitos das pessoas com deficiência, considerando-se o aumento do número de trabalhos desenvolvidos nos últimos anos. Com isso, cresce a expectativa de que o conhecimento que está sendo produzido na área seja colocado em prática e conscientize toda a sociedade, pois somente assim esta produção terá real sentido.

Referências

ARAÚJO, L. A. D. **A proteção constitucional das pessoas portadoras de deficiência**. Brasília: CORDE, 2001, 122 p.

ARAÚJO, L. A. D. **Defesa dos direitos das pessoas portadoras de deficiência**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988, 292 p.

BRASIL. **Decreto n.º 914, de 6 de Setembro de 1993**. Brasília, 1993.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Declaração de Salamanca**. Brasília: CORDE, 1994.

BRAVO, A. D. **As necessidades informacionais dos bacharéis em Direito na defesa de pessoas com necessidades especiais**. 2009. 106 f. Dissertação de Mestrado. São Carlos: Programa de Pós-Graduação em Educação Especial/UFSCar, 2009.

BRUMER, A.; PAVEI, K.; MOCELIN, D. G. Saindo da “escuridão”: perspectivas da inclusão social, econômica, cultural e política dos portadores de deficiência visual em Porto Alegre. **Sociologias**, Porto Alegre, v.11, p.300-327, jan./jun. 2004.

BUENO, J. G. As dissertações sobre escola: balanço tendencial da produção do Programa de Pós-graduação em Educação Especial da UFSCar 1981/2001. In: ALMEIDA, M.; CAVALCANTE, L.; MENDES, E.G. **Temas em Educação Especial: avanços recentes**. São Carlos: Edufscar, 2004. p. 21-28.

CAMPELLO, B. S. Teses e Dissertações. In: CAMPELLO, B. S.; CENDÓN, B. V.; KREMER, J. M. (Orgs.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000. cap. 9, p. 121-128.

CAPES. **Banco de Teses**. Disponível em: <<http://capesdw.capes.gov.br>>. Acesso em fevereiro de 2013.

CORRÊA, R. M. (org.). **Cartilha da inclusão dos direitos das pessoas com deficiência**. Belo Horizonte: PUC-MG, 2005.

GLAT, R., MAGALHÃES, F.; CARNEIRO, R. Capacitação de professores: primeiro passo para uma educação inclusiva. **Perspectivas multidisciplinares em educação especial**. Londrina: UEL, 1998.

HAYASHI, C. R. M.; FERREIRA JR., A.; BITTAR, M.; HAYASHI, C. R. M. A obra do Padre Vieira na agenda das pesquisas acadêmicas no Brasil. **ETD: Educação Temática Digital**, v. 14, p. 76-95, 2012a.

HAYASHI, M. C. P. I.; RIGOLIN, C. C. D.; HAYASHI, C. R. M. Transgênicos e sociedade na agenda das pesquisas acadêmicas brasileiras. **Política & Sociedade**, v. 11, p. 99-134, 2012b.

HAYASHI, M. C. P. I.; HAYASHI, C. R. M.; MARTINEZ, C. M. S. Estudos sobre jovens e juventudes: diferentes percursos refletidos na produção científica brasileira. **Educação, Sociedade & Culturas**, Porto, v.27, p. 131-154, 2008.

HAYASHI, M. C. P. I. et al. Competências informacionais para utilização da análise bibliométrica em Educação e Educação Especial. **ETD: Educação Temática Digital**, Campinas, v 7, n. 1, p. 9-22, 2005.

IBICT. **BDTD: Biblioteca digital de teses e dissertações**. Brasília, 2009. Disponível em: <http://bdttd.ibict.br/Acesso> em: 21 jun. 2013.

JANNUZZI, G. S. M. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. Campinas: Autores Associados, 2004.

JOB, I. Análise bibliométrica das teses de uma comunidade científica em educação física com uso do método indicário. **Revista Brasileira de Ciências e Esporte**. Campinas, v. 28, n. 1, p. 201-216, set. 2006.

MAIOR, I.; COSTA, G.; LIMA, N. Acessibilidade no Brasil: uma visão histórica. In: **I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência**, Brasília, 2006.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 17.ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

MORENO, D. M. F. C. **A saúde pública e a psicanálise: a produção do conhecimento no Brasil acerca da AIDS**. (Dissertação de Mestrado em Saúde Pública). São Paulo: FSP/USP, 2001.

OAB. ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. **Comissão da mulher fará mutirão em cárceres femininos**. 8 mar. 2013. Disponível em: <<http://www.oab.org.br/noticia/25256/comissao-da-mulher-da-oab-fara-mutirao-em-carceres-femininos>>. Acesso em maio de 2013.

PORTAL DOMÍNIO PÚBLICO. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.jsp>>. Acesso em fevereiro de 2013.

RIGOLIN, C. C. D.; HAYASHI, C. R. M.; HAYASHI, M. C. P. I. Métricas da participação feminina na ciência e na tecnologia no contexto dos INCTs: primeiras aproximações. **Liinc em Revista**, v. 9, p. 143-170, 2013.

SILVA, M. R. da; HAYASHI, C. R. M.; HAYASHI, M. C. P. I. Análise bibliométrica e cientométrica: desafios para especialistas que atuam no campo. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 2, n.1, p. 110-129, jan./jun. 2011.

WITTER, G. P. (Org.). **Produção científica**. Campinas: Ed. Átomo, 1998.

WOLKMER, A. C.; LEITE, J. R. M. (Orgs.). **Os “novos” direitos no Brasil: natureza e perspectivas**. São Paulo: Saraiva, 2003.

Recebido em 28/09/2012. Aprovado, para publicação, em 21/07/2013